



Processo nº 1602202401/2024

Dispensa de Licitação nº /2024

Interessado: Comissão Permanente de Licitação

Assunto: Dispensa eletrônica. Contratação de empresa para publicação de atos administrativos em Jornal de Grande Circulação.

PARECER JURÍDICO

DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DIRETA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. DISPENSA ELETRÔNICA. PUBLICAÇÃO DE ATOS ADMINISTRATIVOS. JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO. ART. 75, INCISO II, LEI 14.133/2021.

DO RELATÓRIO

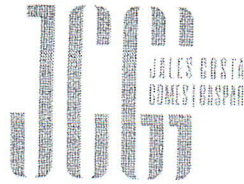
Tratam os presentes autos de processo administrativo, através de solicitação feita pela Secretaria Municipal de Administração, para contratação de empresa especializada para realizar publicação de atos administrativos em Jornal de Grande Circulação, Diário Oficial do Estado - DOE/RN e Diário Oficial da União – DOU.

Da análise da instrução, observa-se os seguintes documentos:

- a) Ofício expedido pela Secretaria de Administração, com a respectiva autorização da autoridade competente;
- b) Documento de Formalização da Demanda – DFD;
- c) Termo de Referência;
- d) Pesquisa mercadológica e respectivo Relatório emitido pelo Setor de Compras;
- e) Informação de Dotação Orçamentária e respectiva Declaração de Adequação;
- f) Termo de autuação;
- g) Minuta do Edital da Dispensa Eletrônica do Contrato.

Em seguida, vieram os autos a esta Assessoria para análise e parecer.

É o breve relatório.



DO MÉRITO

A Constituição Federal, em seu art. 37, inciso XXI¹, estabelece, como regra a necessidade de processo licitatório para contratações na Administração Pública, reconhecendo a existência de exceções ao efetuar a ressalva nos casos especificados na legislação.

A Lei de Licitações, por sua vez, dispõe sobre a contratação direta, nos moldes previstos no art. 75, inciso II, com atualização de valores pelo Decreto Federal nº 11.871, de 29 de dezembro de 2023², que a licitação será dispensável quando a aquisição envolva valores inferiores a **R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos)**.

Em sendo assim, ainda que se trate de contratação direta, faz-se necessária a formalização de procedimento que culmine na seleção da proposta mais vantajosa para celebração do contrato, através de procedimento especial e simplificado, na forma eletrônica, com base no Decreto Municipal nº 039, de 31 de dezembro de 2023.

Da análise dos autos, objetiva-se a contratação direta, para contratação de empresa especializada para realizar publicação de atos administrativos em Jornal de Grande Circulação, Diário Oficial do Estado - DOE/RN e Diário Oficial da União – DOU, cuja justificativa encontra-se no Documento de Formalização de Demanda.

Observa-se, ainda, o preço médio total estimado, conforme se extrai da Pesquisa Mercadológica, se apresenta inferior ao limite estabelecido no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133.

Ressalte-se, ainda, exigíveis os requisitos constantes no art. 72³, do mesmo dispositivo, pele que restou observado.

Restou justificada a dispensa do Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 10, inciso I, do Decreto Municipal nº 039/2023, que faculta este instrumento por ocasião da realização da nas contratações rotineiras para a aquisição de bens e prestação de serviços de natureza comum.

¹ Art. 37. [...]

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

² Art. 1º Ficam atualizados os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, na forma do Anexo.

³ Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

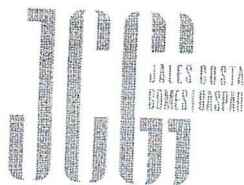
V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.



Restou, ainda, a juntada de declaração de existência de recursos orçamentários, com a respectiva indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica da despesa.

Restou, por fim, demonstrada a autorização pela autoridade competente.

RECOMENDA-SE, na oportunidade, observar se o somatório do que for despendido no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora ou se o somatório da despesa realizada com objetos de mesma natureza, sendo aqueles considerados do mesmo ramo de atividade, não atingiu os limites acima expostos.

Quanto ao instrumento contratual, restaram observados os requisitos necessários apontados no art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

Com relação à formalização do procedimento administrativo, RECOMENDA-SE que sejam colhidas todas as assinaturas, porventura faltantes, antes da respectiva ratificação e publicação.

Acerca da vantajosidade na contratação do serviço, não cabe a esta assessoria jurídica adentrar no mérito do ato administrativo, mas tão-somente o exame prévio quanto aos aspectos jurídico-formais do procedimento.

CONCLUSÃO

Diante das considerações apontadas e do enquadramento em hipótese de Dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei 14.133/2021, manifesta esta Assessoria Jurídica pela sua legalidade, por meio de Dispensa Eletrônica, opinando pelo regular prosseguimento do feito, desde que observados os procedimentos e requisitos legais, além das recomendações acima apontadas.

É o parecer, que submeto à consideração superior.

Lagoa de Velhos/RN, 23 de fevereiro de 2024.

Monalisa Cavalcante Barra

OAB/RN 7.423

Rua Maria Auxiliadora, 776 Tirol. - Natal/RN - CEP: 59014 - 500
(84) 2020 - 6848 (84) 2030 - 4747 | (84) 99424 - 2383